resenhas

v. 47 • nº 2 • maio-agosto • 2022.2

Os resultados da pesquisa de doutorado e pós-doutorado do antropólogo Caio Pompeia, agora publicados no livro *Formação política do agronegócio*, revelam um campo diverso e heterogêneo de atuação de atores variados, que constroem e desconstroem alianças dinâmicas, por vezes efêmeras. Recuperando a sociogênese do agronegócio como conceito, o autor inicia um percurso histórico desde os Estados Unidos de meados da década de 1950, estendendo-se até o Brasil dos anos 2020. Dividido em nove capítulos, o livro conta com prefácio de Manuela Carneiro da Cunha, que por si só já vale a leitura – ela resume décadas de política agrária no Brasil em poucas páginas e introduz a importância contemporânea da pesquisa de Pompeia, considerando as pautas antiambientalistas e anti-indígenas que estiveram em debate no Congresso Nacional no ano de 2021. Neste contexto atualizado de disputas políticas sobre a terra no Brasil, Caio Pompeia desenha os campos ideológicos da elite agrícola brasileira, relacionando-os a agendas ambientalistas em níveis nacionais e internacionais.

No primeiro capítulo, "História da ideia de agribusiness", o autor descreve o nascimento do termo em 1955, no esforço teórico dos economistas John Davis e Ray A. Goldberg de nomear uma cadeia intersetorial que englobasse todo o sistema de alimentos. O nascimento do agronegócio como conceito se dá nos corredores da Escola de Negócios da Universidade de Harvard, embalando um entendimento mais amplo daquele que seria adotado no Brasil anos depois. Na América do Sul, inserido pelas ditaduras militares aliançadas com os Estados Unidos, o conceito do agronegócio se enraíza como sinônimo da agricultura patronal e envolve também entidades do setor de indústrias, formando uma *arena intersetorial* heterogênea em que o campo socioambiental se configura como terreno principal de divergências.

O segundo capítulo, "Complexos agroindustriais no Brasil", analisa a criação das primeiras entidades brasileiras representativas da agricultura patronal, como a pioneira Confederação Nacional da Agricultura (CNA), no contexto desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960. Sob o argumento de uma "guerra contra a fome", o modelo de *commodities* prosperou no Brasil com interesse e investimento estadunidenses, construindo e cultivando relações próximas a governadores, parlamentares e presidentes da República. O autor aprofunda a relação entre Estados Unidos e Brasil olhando para as lideranças políticas e recuperando uma teia de relações complexa que dilui a fronteira público-privada.

O terceiro capítulo, "Projeto político-econômico", explora posições divergentes entre as entidades do agronegócio com relação ao tema da política agrária. Pompeia menciona, por exemplo, a incidência política da CNA, da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAP) e da União Democrática Ruralista (UDR) no âmbito da Constituinte, que operaram separadamente e com objetivos diferentes na construção da Carta Magna. Nesse capítulo, o antropólogo expõe também seu interesse em compreender outros fatores que contribuíram para a prosperidade do agronegócio no Brasil. Uma estratégia desse projeto político-econômico era a formação de trabalhadores técnicos qualificados com a criação de um programa de formação de profissionais especializados na Universidade de São Paulo. As

Anu. Antropol. (Brasília) v. 47, n. 2, pp.287-291. (maio-agosto/2022). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.9730

empresas de comunicação foram aliadas relevantes nesta divulgação. Segundo levantamento de Pompeia, entre 1964 e 1991, as menções ao termo "agronegócio" na imprensa aumentaram mais de seis vezes. O quarto capítulo, "Uma associação para o agribusiness", discorre sobre a criação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que tinha, dentre seus motivadores, a construção de *lobbying* para beneficiar as empresas afiliadas. A associação criou uma feira de negócios, a Agrishow, e resgatou a revista especializada *Agroanalysis* para formar opinião e fomentar discussões.

Na seção seguinte do livro, "Inflexões nas relações público-privadas e complexificações do campo intersetorial", Pompeia aprofunda as aproximações entre entidades de representação, líderes e cúpulas do governo federal, considerando os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na arena da disputa política. A criação do Conselho do Agronegócio (Consagro) – com objetivo de reunir agentes do Executivo e empresariado no aconselhamento ao presidente da República para implementação de estratégias do "agro" – é destacada pelo autor como um dos eventos que intensificaram a influência do "agro", cada vez mais industrial, na decisão da política nacional e internacional. "Em síntese, a entrada da categoria "agronegócio" para o vocabulário do governo federal simbolizava e aprofundava a adesão política a diferentes pleitos dos líderes empresariais" (p. 188).

Foi a partir dos anos 2000 que a exportação de commodities saltou no Brasil, segundo evidenciado no sexto capítulo ("*Boom* das *commodities*, engenharias institucionais e competições"). Entre os catalizadores para o avanço econômico que favoreceu o patronato agrícola, consta na lista o aumento da demanda chinesa de importação e a saturação da produção estadunidense. Com a expansão do setor e a nomeação do presidente da Abag como ministro da Agricultura em 2005, a heterogeneidade dos atores do "agro" fica evidente. Pompeia demonstra as divergências programáticas e a dinâmica efêmera, por vezes frágil, das alianças entre as associações representativas. A diversidade da arena inclui criadores de proteína animal, frigoríficos, biocombustíveis, grãos, madeira, exportadores de frutas, algodão, indústrias de adubo, bancos, indústrias de embalagens e outros setores. O fortalecimento da bancada ruralista no Congresso Nacional é apontado por Pompeia como uma estratégia de entidades nacionais da soja e da pecuária, como Abrapa e Aprosoja Brasil, de escaparem da centralização política da Abag. O aumento da presença do "agro" na esfera pública fez intensificar também as críticas feitas ao setor e os conflitos entre as representações, tema que Pompeia explora no capítulo sete. Reforma agrária, agricultura familiar, legislação do trabalho rural, desmatamento e agenda do clima são temas que se configuram como campos de divergências entre as associações empresariais.

Em "Iniciativas e desafios para ampliação de convergências em um campo heterogêneo" (capítulo 8), o pesquisador destaca a baixa coesão da bancada ruralista e a estratégia da "agropublicidade", que, por meio de campanhas de comunicação, visa responder a uma série de críticas ao setor, apostando em uma associação positiva da ideia do "agro". A investida para alteração do Código Florestal foi um dos poucos momentos de convergência da categoria. A necessidade

de alteração era argumentada pela necessidade de garantir segurança alimentar à população global crescente, e o contexto desenvolvimentista apoiou os discursos que associavam modos de vida indígenas a desfavorecimento econômico. A partir da década de 2010, a inserção do tema da sustentabilidade começou a aparecer mais associada ao agronegócio. Pompeia percorre com detalhes os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O fio condutor da investigação do autor costura movimentos maleáveis entre entidades representativas da agricultura patronal e identifica mais de oitenta siglas que incidiram politicamente no Brasil ao longo dos anos, com especial atenção à Abag e à CNA. Esta última instituição serviu como campo antropológico ao autor, assim como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agropecuária e o Congresso Nacional brasileiro. As cartas programáticas das entidades destinadas aos presidenciáveis são fonte rica de informações ao autor. Apesar do olhar focado nas entidades, Caio Pompeia identifica as pessoas físicas que operam pelas instituições e aponta interesses particulares em debates públicos.

O livro *Formação política do agronegócio* é encerrado com destaque à atuação do IPA na arena política e a eventos que abalaram a reputação do setor, como os que envolveram Joesley Batista, da JBS. A recente ascensão da extrema direita no campo da agricultura patronal é tratada. Diante das constantes modificações políticas do campo e por seu comprovado poder político, o autor chama atenção para a necessidade antropológica de acompanhar as novas tendências do agronegócio.

A pesquisa de Caio Pompeia é um trabalho abrangente, que optou por pincelar diferentes atores e eventos a se aprofundar nas complexidades de um caso ou outro. A agenda climática, por mais que receba duas seções específicas, soma poucas páginas sobre o debate protagonista do agronegócio na década de 2020. O resgate histórico importante do conceito que o autor sistematiza, desde a gênese nos Estados Unidos até a recepção brasileira, deixa de lado um campo internacional de articulações globais nas alianças e desafetos do agronegócio, quando pensados os fluxos de *commodities* do Brasil para a Ásia, Oceania e Europa, geografias pouco exploradas por Pompeia.

O livro aponta o papel importante que empresas de comunicação exerceram (e exercem) na divulgação de uma narrativa positiva sobre o agro, mas a afiliação destas instituições privadas (como *O Estado de São Paulo* e da *Rede Globo)* a associações do agronegócio, como a Abag, não é problematizada. Localizada no campo do estudo de elites e da etnografia de instituições, o trabalho ainda é útil para pesquisas sobre trabalho rural e política agrícola. A produção serve de base bibliográfica e mapeamento de instituições para pesquisas futuras e necessárias sobre um tema que opera na política nacional e transnacional.

Recebido em 28/01/2022
Aprovado para publicação em 29/04/2022 pela editora Kelly Silva